

## **MICHELLY DALPIAZ**

### **FORMAÇÃO:**

1998 – Curso Técnico em Administração

Colégio Dr. Blumenau – Blumenau – SC

2003 – Bacharelado em Direito

Universidade Regional de Blumenau - FURB

2004 – Pós-Graduação em Direito Civil e Processual Civil e Curso de Preparação para a Magistratura

ESMESC/CESUSC

### **EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO TJSC:**

1999-2003 – Estágio em Cartório e Assessoria da 2ª Vara da Comarca de Timbó.

2006 – Ingresso como Técnica Judiciária Auxiliar na Vara de Direito Bancário da Comarca de Blumenau.

2006-2011 – Remoção para a Comarca de Ascurra, passando a atuar na Assessoria da Vara Única.

2011 – Nomeação para o cargo de Analista Administrativo e Chefe da Secretaria da Comarca de Guaramirim.

2011-2015 – Remoção para a Comarca de Ascurra e nomeação para o cargo em comissão de Assessor de Gabinete da Vara Única.

### **OUTRAS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:**

1995-2000 – Auxiliar de Vendas na empresa Porcelanas Germer S/A.

2005 – Assessora na Câmara de Vereadores do Município de Timbó.

2005 – Assistente de Promotoria na Comarca de Ascurra.

### **PLANO DE AÇÃO:**

- Criar equipe de treinamento itinerante entre as Comarcas para capacitação de novos servidores imediatamente após o ingresso no quadro;

- Criar fluxos de trabalho informatizados para as Secretarias do Foro e Diretoria de Recursos Humanos, especialmente nas rotinas da Divisão de Provimento de Cargos, para viabilizar o preenchimento mais ágil de cargos vagos;
- Fortalecer o Mutirão de Sentenças e disponibilizar Juiz Cooperador para auxiliar unidades mais assoberbadas;
- Realocar mão-de-obra para unidades com maior número de demandas, sem acarretar a movimentação indesejada do servidor, por meio da atuação remota em processo eletrônico;
- Viabilizar a digitalização dos acervos para permitir o trabalho em somente um tipo de fluxo;
- Valorizar os servidores;
- Possibilitar ampliação das equipes de Cartório e Assessoria de Gabinete, quando a demanda exigir;
- Adotar medidas para priorizar o trâmite de demandas coletivas que tenham o mesmo objeto que demandas individuais, inclusive valorizando seu julgamento para fins de estatística de produtividade;
- Dentro das possibilidades de atuação do Comitê, sugerir a extinção da competência delegada na Justiça Estadual;
- Propor criação de mais Varas **Regionais** para matérias específicas e com alto número de demandas;
- Criar medidas para priorizar a conciliação, com a melhor estruturação, treinamento e conseqüente fortalecimento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, bem como das unidades do Juizado Especial, principalmente para tentativas de conciliação pré-processual;
- Incentivar mais convênios com universidades para aumentar a mão-de-obra para conciliação;
- Investimento em treinamento de lideranças, não só para Chefes de Secretarias e Cartórios, mas também para Assessores e Magistrados;
- Criar equipe de implantação para projetos expostos nas Mostras de Boas Práticas;
- Criar gratificações de produtividade e com base na meritocracia;
- Manter canal de comunicação com os demais servidores durante a gestão no Comitê para receber sugestões.